



PLANO INTEGRADO

TÍTULO: INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – REDE DE ATER E INOVAÇÃO

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da Instituição Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER		CNPJ 75.234.757/0001-49
Endereço Rua da Bandeira, 500		CEP 80.035-270
Telefone (41) 3250-2300		E-mail institucional idrparana@idr.pr.gov.br
Nome do Responsável Legal do Órgão Natalino Avance de Souza		Função Diretor Presidente
Nome do Responsável Técnico Joaquim Serra Badia		Função Profissional da Extensão Rural
Telefone (43) 3878-4475	Celular (43) 98814-6685	E-mail institucional joaquimserrabadia@idr.pr.gov.br

Nome da Instituição Prefeitura Municipal de Londrina		CNPJ 75.771.477/0001-70
Endereço Av. Duque de Caxias,635		CEP 86.015-901
Telefone (43) 3372-4000		E-mail institucional londrina@pr.gov.br
Nome do Responsável Legal do Órgão Marcelo Belinati Martins		Função Prefeito Municipal
Nome do Responsável Técnico Osvaldo de Souza Campos Junior		Função Engenheiro Agrônomo
Telefone (43) 3372-4787	Celular (43) 98403-4043	E-mail institucional osvaldo.souza@londrina.pr.gov.br

2. LOCALIZAÇÃO E PÚBLICO ALVO

Localização: Município de Londrina
Público alvo: Agricultores Familiares, Assentados, Cooperativas de Agricultores Familiares e Associações de Produtores.

3. JUSTIFICATIVA



3.1. Informações Gerais

O Distrito e o Município de Londrina foram criados em 03 de dezembro de 1934, pelo Decreto-Lei nº 2.519. A instalação do município ocorreu em 10 de dezembro do mesmo ano. A Comarca foi criada em 18 de janeiro de 1938.

Situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e 50°52'23" e 51°19'11" Longitude Oeste, faz divisa com os municípios de Tamarana, Cambé, Sertanópolis, Assaí, São Jerônimo da Serra, Ortigueira, Marilândia do Sul, Apucarana, Arapongas e Ibiporã.

Londrina ocupa 1.652,569 km², cerca de 1% da área total do Estado do Paraná. A zona urbana é de 164,33 km² e a zona de expansão urbana é de 80,68 km², totalizando 245,01 km², restando 140.579,9 ha de área rural. A altitude da área urbana central da cidade é de 608m, medida na Catedral Metropolitana. O ponto mais alto do município tem uma altitude de 828m, localizado em um espigão próximo a Lerroville, à leste, na estrada em direção ao Salto do Apucarantina.

Considerando a área total e a população registrada pelo Censo 2010, de 506.701 habitantes, a densidade demográfica do município de Londrina é de 306,52 hab/km². A população rural registrada foi de 13.181 habitantes.

Atualmente, o município de Londrina é constituído pelo Distrito Sede e pelos Distritos do Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

O município está inserido na Região Metropolitana de Londrina (RML), primeira do interior brasileiro, instituída pela Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, da qual passaram a fazer parte os municípios: Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertanópolis, Tamarana, Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia, Florestópolis e Porecatu. A partir de então, a RML conta com dezesseis municípios e uma população de 848.358 habitantes, dos quais 59,73% residentes em Londrina. Londrina também é a sede da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR), que congrega 22 municípios.

3.2. Aspectos Econômicos

a) Valor Bruto da Produção – VBP

O Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná (VBP), em 2020, atingiu R\$ 128 bilhões, o que corresponde a um crescimento real de 21% em relação ao ano anterior. O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária do município de Londrina foi de R\$ 893.372.651,48 na safra 2020. Os principais produtos são: Soja (R\$ 303 mi - 34%) Avicultura de Corte (R\$ 160 mi – 18%), Milho grão (R\$ 131 mi – 15%), Trigo (R\$ 72 mi – 8%), aves postura (17 mi – 1,7%), Mandioca de Mesa (R\$ 16 mi – 1,6%), Cará (R\$ 15 mi - 1,6%), Café (9 mi - 0,9%), Tomate (R\$ 8 mi – 0,8%), Milho-verde (R\$ 4 mi – 0,4%) e Alface (R\$ 2 mi – 0,2%).

b) Estrutura fundiária

Londrina possui 4.084 propriedades rurais, de acordo com o Instituto Água e Terra (IAP) a estrutura fundiária é composta de 1.878 propriedades de 0 até 12,0 ha, outras 1653 tem área entre 12,1 e 48 ha e acima de 48 ha existem 553 estabelecimentos, que juntos somam 150.155 ha. Existem 2.462 agricultores familiares, 417 agricultores patronais, 727 assentados, 30 famílias acampadas e 2.400 trabalhadores rurais envolvidos em diversas atividades, destacando-se a olericultura (tomate, pepino, mandioca, alface, cará, batata doce, chuchu, couve-flor e diversas outras), o cultivo de grãos (soja, milho, trigo), de café, a avicultura de corte e a produção de leite.



c) Principais formas de comercialização e ou transformação e organização da produção

As principais formas de comercialização no Município de Londrina são:

- Grãos (soja, milho e trigo) nas Cooperativas COCAMAR e INTEGRADA, e empresas como Belagrícola e Agro100.

- Hortaliças e Frutas: Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA), Condomínio Central Atacadista de Frutas e Verduras de Londrina e Região (CEALON), mercados municipais, feiras, diretamente em supermercados, sacolões, restaurantes e lanchonetes. Uma nova forma de comercialização tem sido através da COPACON (Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista) e COAFAS (Cooperativa Solidária de Produção, Comercialização e Turismo Rural da Agricultura Familiar do Norte do Paraná), nos programas governamentais como o PAA e o PNAE Municipal e Estadual.

1. Aspectos sociais renda da população

A população economicamente ativa (PEA) no município é 275.978 pessoas, correspondendo a 54,47% da população total. Na zona urbana 269.594 pessoas e no rural 6.384. (Perfil Londrina 2015)

O IDH – M de Renda de Londrina é de 0,789 e ocupa o 83º *ranking* nacional e o 4º lugar no *ranking* estadual dos municípios (PNUD 2010).

A concessão de benefícios sociais no município está associada ao cadastramento da população junto ao Cadastro Único do Governo Federal/Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Até outubro de 2018 havia 16.100 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo R\$ 3,2 milhões distribuídos em [Londrina](#)

O Cadastro Único mostra que existem 41.733 famílias inscritas para Programas Sociais, do governo federal, com potencial, para acessar recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, um Programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) em parceria com o Instituto IDR. Em 2019, em torno de 200 famílias do Assentamento Eli Vive poderão receber recursos do INCRA, através de Programa Fomento Mulher, sendo R\$ 5.000,00 para cada, totalizando R\$ 1.000.000,00 que serão aplicados na economia local.

• Índice de desenvolvimento humano - IDH

O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano é obtido pela média simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDH - Longevidade), Educação (IDH - Educação) e Renda (IDH - Renda). Seu valor varia de 0 a 1 e quanto mais próximo do 1 melhor o desempenho, sendo considerado alto a partir de 0.8. O IDH-M de Londrina é 0,778, que se encaixa como “alto”, de acordo com a classificação do PNUD e a renda média per capita ficou R\$ 1.080,00. Este IDH coloca o município e 145º lugar no *ranking* nacional e 6º no Estado do Paraná.

A expectativa de vida alcançou 75 anos tendo como índice de 0,837 ficando no *ranking* nacional em 1.350º lugar e no *ranking* estadual em 90º (PNUD 2010). A educação foi o indicador que mais cresceu no município, sendo o índice de 0,712, deixando em 223º no *ranking* nacional e 10º no *ranking* Estadual.

2. Aspectos ambientais

a) Tipos de solos

Em Londrina ocorrem os seguintes tipos de solos (Embrapa, 1999), o Nitossolo vermelho, o



Latossolo vermelho e, em menor quantidade, o Chernossolo e o Neossolo.

Em 60% da área territorial do município ocorre o Nitossolo, que possui alta fertilidade natural, com boa permeabilidade, alta porosidade e relevo suave ondulado. Porém, com o mau uso da mecanização, pode surgir o chamado “pé de grade”, que resulta em dificuldade de penetração da água e das raízes das plantas e, conseqüentemente, em erosão.

Nos últimos anos tem-se constatado um aumento significativo do processo erosivo, devido à retirada de terraços, plantio morro abaixo (devido às propriedades rurais serem estreitas e as máquinas e equipamentos estarem maiores a cada dia), sistema de plantio direto de baixa qualidade (sem rotação de culturas e pouca palhada). Associado aos danos dentro das propriedades a erosão tem prejudicado também as estradas rurais e causado o assoreamento de nascentes e cursos d’água.

b) Ocupação do solo

O solo do município de Londrina é utilizado para cultivos agrícolas diversos desde *commodities* como café, soja, milho, trigo e laranja, até produtos destinados ao mercado interno, como cará, batata-doce, mandioca e hortaliças diversas, e outras como o sorgo-vassoura.

Tabela - Ocupação do solo rural do município de Londrina

Ocupação	Área (ha)
Lavouras temporárias/Grandes culturas	65.095
Pastagens plantadas	41.000
Matas e florestas naturais – APP e RL ¹	16.744
Matas e florestas naturais – outras ²	3.086
Lavoura temporárias/Olerícolas	3.000
Matas plantadas/ madeira e lenha	1.600
Lavouras permanentes/Café	855
Lavouras permanentes/Capineira	500
Lavouras permanentes/Frutíferas	450
Tanques e açudes	250
Lavouras temporárias/vassoura sorgo	240
Outros	21.430
TOTAL	154.250

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. Disponível em <http://whhttps://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html> . Acesso 15 set. 2021.

¹APP: Área de preservação permanente; RL: reserva legal; ²Inclusive APP e RL; Seab/Deral VBP 2020. Disponível em <https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp> . Acesso em 11/09/2021

c) Relevo

Londrina está localizada no Terceiro Planalto Paranaense, e sua geologia é caracterizada pela Formação Serra Geral, pertencente ao Grupo São Bento.

O solo da região é de origem basáltica, mas, conforme a sua localização, em topografia plana e acidentada, apresenta tipos de solos diferentes, conseqüentemente de fertilidade variável.



d) Clima

O clima predominante no município, segundo a classificação de Köppen, é o tipo Cfa, um clima subtropical úmido, com temperaturas médias anual de 20,7°C, máxima de 27,5°C e mínima de 15,4°C. Este clima se caracteriza por verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A precipitação média local está entre 1.400 a 1.800 mm por ano, conforme as Cartas Climáticas do Paraná, publicada pelo IAPAR. Os meses de maio a agosto são os que apresentam maior possibilidade de ocorrência de geadas.

e) Vegetação

A cobertura florestal original da bacia do rio Tibagi, na qual Londrina está inserida, possuía três formações originais - a Mata Pluvial Tropical - Sub-tropical, Matas de Araucárias, Campos Limpos ou Cerrados. Os cultivos agrícolas causaram o desmatamento em grande escala. Ainda hoje, muitos produtores não respeitam as áreas de preservação permanente e áreas com declive acentuado são ocupadas com pastagens, muitas vezes degradadas.

No município existem algumas áreas destinadas à preservação da vegetação nativa: Parque Municipal Arthur Thomas (85,47 ha); Parque Estadual Mata dos Godoy (675,70 ha); Mata do Barão (Fazenda Figueira) (1.165,85 ha) e o Parque Ecológico Dr. Daisaku Ikeda (124,10 ha).

É comum a falta de interesse dos agricultores em reconstituir as áreas de mata previstas na legislação. A visão de que mata não gera riqueza prevalece, não é calculado o valor da perda da biodiversidade regional. No entanto o Viveiro Municipal de Produção de Mudas Florestais, a capacidade instalada de 500.000 mudas por ano de espécies nativas para restauração de matas ciliares e áreas de preservação permanente, e 60.000 mudas por ano de espécies para arborização urbana.

f) Agrotóxicos

Os agricultores de Londrina fazem em média quatro aplicações nas lavouras, muitas vezes sem observar o nível de dano econômico que a praga ou doença possa estar causando às plantas. Os pacotes tecnológicos comercializado pelas revendas, que são oferecidos antecipadamente não levam em consideração o nível de danos econômico ou se realmente a praga ou doença vão ocorrer nas lavouras.

Os receituários agrônômicos muitas vezes são feitos sem o correto acompanhamento das lavouras e das aplicações. Têm ocorrido denúncias quanto ao uso inadequado de herbicidas como o 2,4-D usado na dessecação de soja transgênica, afetando lavouras de olerícolas e frutíferas, principalmente nas pequenas propriedades. Há uma percepção de que o problema da deriva ocorre por tecnologia inadequada de aplicação, que poderia ser evitada com a prescrição técnica correta, receituário agrônômico, acompanhamento da aplicação, regulação de equipamentos e utilização de pontas antideriva.

De um modo geral tem aumentado o uso de herbicidas dessecantes e pós emergentes. O uso de misturas de herbicidas e dosagens diversas podem gerar resistência em algumas plantas invasoras, como por exemplo, a buva e a trapoeraba. O uso de fungicidas de maneira preventiva ou não, com o mesmo princípio ativo e modo de ação pode provocar no futuro a resistência do patógeno a determinados fungicidas.

O uso de inseticidas em grandes culturas comerciais tem obedecido a seguinte tendência, conforme levantamentos junto aos vendedores: piretróides (50%); fisiológicos (38%); organofosforados (10%) e biológicos (2%). As pulverizações são realizadas com água que é levada para as propriedades com tanque de 2.000 litros, caso raro ocorre a captação nos riachos com mangote. No município existe



apenas um abastecedor comunitário, instalado no Assentamento Fazenda Akolá, que atende as 42 famílias assentadas, fornecendo água para as pulverizações e para o abastecimento familiar.

Ainda preocupa o fato de que, em alguns casos, os agricultores utilizam agrotóxicos sem registro para a cultura, ignoram a carência do produto e aplicam de forma calendarizada, sem avaliar o nível de dano econômico das pragas e doenças.

O mesmo ocorre no que diz respeito aos EPI's (equipamentos de proteção individual), que são pouco utilizados e quem realiza as aplicações são pessoas que não receberam a devida capacitação e desconhecem os perigos a que estão expostas. As embalagens de agrotóxicos vazias são tríplice lavadas e devolvidas pelos agricultores para a Associação Norte Paranaense de Revendedores Agroquímicos (ANPARA), nas datas e locais previamente estabelecidos para cada distrito rural de Londrina.

3. Infraestrutura municipal

a) Estradas Rurais

Londrina possui uma malha viária de cerca de 900 km de estradas rurais, sendo 80 km asfaltados e 820 km de estradas de terra, que em muitos trechos não oferecem adequadas condições de tráfego. Além de dificultar o transporte da produção e dos insumos agropecuários, as estradas em más condições interferem drasticamente no transporte dos alunos que residem no meio rural e frequentam as escolas nas sedes dos distritos, resultando em baixa frequência às aulas, principalmente nos dias de chuva, quando as estradas tornam-se intransitáveis.

Aliado ao problema das estradas há um sério problema de conservação de solos, principalmente nas propriedades que margeiam as estradas rurais, comprometendo a vida útil da readequação dessas estradas, o que torna a relação custo/benefício muito pequena, frente ao volume de recursos financeiros investidos. A manutenção realizada de maneira incorreta devido a operadores de máquinas sem a devida capacitação, ou que não seguem as recomendações prestadas por profissional habilitado, também compromete a vida útil das estradas.

O número de máquinas disponíveis no município para atender os quilômetros de estradas rurais existentes é muito pequeno, a patrulha mecanizada não suporta toda a demanda de trabalho. Além disso, a maioria é de máquinas velhas e sucateadas, pois há muitos anos a Prefeitura Municipal não adquiria novas máquinas. Este serviço é coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

b) Habitação rural

Nos levantamentos da necessidade de habitação para os distritos e propriedades rurais constata-se a precária condição da habitação no meio rural, que em sua grande maioria estão em terrenos públicos e em propriedades rurais. As habitações são cedidas pelos patrões ou familiares, sem despesa com aluguel ou prestação mensal. Apesar disso há uma inquietação, pois as posses dos terrenos são ilegais, ou as residências pertencem aos proprietários rurais.

Através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com recursos do Ministério das Cidades e a execução parceria entre Cohapar e Instituto IDR, foram construídas 88 unidades habitacionais em várias propriedades rurais do município, sendo 16 unidades em 2007 e 72 em 2013 e 2014. Ainda existe uma demanda de mais de 146 unidades habitacionais no Assentamento Eli Vive I e II e 57 nas propriedades rurais dos Distritos, sendo para projeto de interesse social, 25 em financiamentos e a grande maioria na espera de projetos de reformas.



d) Saneamento básico

Nas propriedades rurais do município de Londrina não existe um sistema público de abastecimento de água, este é realizado a partir de poços rasos e fontes/minas de água em 90% das propriedades rurais. Estas minas, normalmente, estão sem nenhum tipo de proteção, e a água não recebe nenhum tratamento, e podem estar contaminadas e causar doenças de veiculação hídricas que para evitá-las são necessários cuidados com a água consumida pelas pessoas.

Quanto à rede de esgoto, as moradias possuem fossa negra e em alguns distritos ocorre ligação clandestina nas galerias pluviais. Nas propriedades rurais é comum ainda o esgoto a céu aberto, principalmente o despejo das águas dos tanques e cozinhas. Não são utilizados sistemas alternativos de captação de água da chuva.

Nos anos de 2015 a 2018 foram 190 análises de água coletadas pela VIGIAGUA nas propriedades rurais de Londrina e constatou-se que 90% estão contaminadas, ou seja, impróprias para o consumo humano. Nos últimos anos foram protegidas mais 150 minas à base de solo cimento e foi instalado esgoto sanitário doméstico em 110 residências rurais.

e) Destino do lixo doméstico

No meio rural, a ausência do serviço público de coleta do lixo e o aumento do consumo tem como consequência o acúmulo de lixo nas propriedades rurais.

f) Energia elétrica

Dos 4.084 estabelecimentos rurais de Londrina, 3.009 possuem energia elétrica. Através do Programa Estadual de Irrigação Noturna (PIN) os agricultores podem diminuir em até 60% o valor da tarifa de energia elétrica paga, dependendo da atividade e do horário no qual essa energia é utilizada. Atualmente este PIN está sendo incentivado a substituição pelo Renova Paraná que é uso de geração de energia solar.

3.6. Pontos críticos

a) Dimensão social (Promoção da Cidadania e Gestão Social)

- Inexistência de programas de Governos (Federal, Estadual e Municipal) para implantação dos projetos de saneamento básico.
- Paralisação da liberação dos recursos financeiros para os projetos de habitação rural – (PNHR).
- Grandes distâncias da sede às comunidades atendidas (15 a 60 km).
- Participação incipiente da mulher e do jovem na gestão da propriedade. Apesar de trabalharem em atividades agropecuárias, a gestão e a renda ficam a cargo do esposo/pai.
- Falta de estímulo para os jovens em permanecer no campo.
- Dificuldades dos jovens e mulheres em participarem de cursos relacionados ao meio rural.
- Pouca participação dos agricultores familiares e suas famílias em organizações rurais com fins econômicos.
- Houve um aumento na participação dos agricultores familiares nos mercados institucionais (PAA e PNAE), mas ainda há espaço para ampliação, principalmente das mulheres.
- Outro entrave é a mulher não possuir carteira de motorista para carro e/ou moto, por condições econômicas e falta de incentivo, dependendo de alguém para levá-las e buscá-las.
- O meeiro, parceiro, comodatário e trabalhador rural têm uma relação com os proprietários sem responsabilidades trabalhistas. Os contratos não permitem acesso às políticas públicas (PRONAF, Bolsa



Família, PNAE, PAA, Agroindústria, Nota do Produtor, Previdência Social), pois os proprietários não dão anuência para os contratos e o número do INCRA. Não permitindo assim, acesso às tecnologias resultando em queda na produção, na qualidade dos produtos, não participando de ATER, e não acessando as mencionadas políticas públicas. Aí concentra-se a pobreza no meio rural.

b) Dimensão econômica (Fortalecimento das Economias Locais)

- Pouco processamento/agroindústrias nos distritos rurais.
- Baixa agregação de valor à produção agrícola.
- Pouca oferta de cursos de capacitação nos distritos.
- Redução da oferta de mão-de-obra no meio rural.
- Agricultores com baixo nível de informação sobre análise financeira de suas atividades.
- Baixo número de agricultores com cultivo orgânico.

c) Aspectos ambientais (Recuperação e Preservação Ambiental)

- Baixo percentual de reciclagem de lixo nas propriedades e distritos rurais.
- Áreas com plantio direto manejadas de forma incorreta (ausência de terraços, plantio morro abaixo, falta de rotação de culturas e de palhada).
- Áreas de preservação permanente sem a necessária vegetação ciliar adequada.
- Grande volume de agrotóxicos utilizados nas lavouras.
- Uso indiscriminado de 2.4-D.
- Pequeno número de propriedades rurais com reserva legal em conformidade com a legislação.

4. DESAFIOS, OPORTUNIDADES E PROPOSTA DE AÇÃO

4.1. Desafios

a) Aspectos sociais (Promoção da Cidadania e Gestão Social)

- Melhorar a renda da família rural.
- Melhorar a habitação.
- Proteger adequadamente as nascentes de água;
- Tratar adequadamente as águas servidas da cozinha e do esgoto domiciliar, destinando-os para a fossa séptica e sumidouro;
- Valorizar o trabalho da mulher, através da sua inclusão nas decisões da propriedade rural.
- Incluir mais agricultores familiares nos programas governamentais.
- Melhores preços ou mais justos com base em custos de produção atualizados nos programas de segurança alimentar.
- Incentivar o Crédito Fundiário para parceiro, meeiro e jovem.

b) Aspectos econômicos (Fortalecimento das Economias Locais)

- Adequar às lavouras que necessitam de mão-de-obra braçal para sistemas mecanizados.
- Instalação de agroindústrias na área rural.
- Ampliar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de incremento de renda.
- Promover a aplicação adequada do crédito rural, através da capacitação dos agricultores.
- Criar espaços para comercialização direta da produção da agricultura familiar (feiras de produtos da época, feiras do produtor, feira de orgânicos, entre outros).



c) Aspectos ambientais (Recuperação e Preservação Ambiental)

- Retomar as práticas de manejo e conservação de solo e águas em áreas de plantio direto.
- Motivar agricultores para implantar lavouras no sistema orgânico.
- Promover e incentivar a reciclagem do lixo no meio rural.
- Preservar e/ou recuperar nascentes, córregos e rios.
- Implantar sistema de conservação de solos nas margens das estradas rurais.
- Capacitar os agricultores na aplicação correta de defensivos para evitar problemas ambientais.
- Orientar a tríplice lavagem e a entrega das embalagens de agrotóxicos e divulgar as datas de recolhimento da ANPARA para a tríplice lavagem e recolhimento de 100% das embalagens de agrotóxicos.
- Reflorestar as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

4.2.Oportunidades/potencialidades

a) Aspectos sociais (Promoção da Cidadania e Gestão Social)

- Políticas públicas e programas de Governo: Projeto Fomento Mulher, PRONAF Mulher, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar Municipal e Estadual (PNAE), Programa de Crédito Fundiário, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
- Existência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, do Meio Ambiente, da Mulher, da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Segurança Alimentar e Nutricional, de Alimentação Escolar, e Tutelar.
- Ambiente favorável para ampliação do cooperativismo entre os agricultores familiares.

b) Dimensão econômica (Fortalecimento das Economias Locais)

- Mercado regional com forte demanda por produtos agrícolas.
- Proximidade dos Centros de Pesquisa, Ensino e Extensão. (IDR - Paraná, Universidades Públicas e Privadas, EMBRAPA).
- Disponibilidade de profissionais que atuam no setor agropecuário.
- Meios de comunicação e informação acessíveis aos agricultores.
- Entidades representativas de agricultores (Sindicatos, Cooperativas, Sociedade Rural e Associações).
- Disponibilidade de revendas de insumos agrícolas.
- Programas apoiadores (PRONAF/PAA e PNAE).
- Implantação de novas propostas do PAA – Programa de Aquisição da Agricultura Familiar, em parceria com a SMAA, COAFAS, CONAB.
- Implantação de nova proposta do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, SMAA e COAFAS.
- Credibilidade do Instituto IDR - Paraná.
- Grupos informais organizados.
- Concentração de agricultores familiares.
- Parcerias com sindicatos, universidades públicas e privadas.



c) Dimensão ambiental (Recuperação e Preservação Ambiental)

- Conselho Municipal do Meio Ambiente e Promotora do Meio Ambiente.
- Viveiro municipal de mudas.
- Programa de Mata Ciliar do Governo Estadual.
- ANPARA - Recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos.
- Legislação ambiental.

4.3. Compromissos institucionais inerentes ao município de Londrina

Diversos programas de Governo Estadual destinados ao meio rural são colocados em prática pela IDR Municipal, em parceria com outras entidades: PRONAF, Trator Solidário, Certificação de Propriedades Orgânicas, Banco do Agricultor Paranaense, Manejo integrado de solos e água e doenças (MIP e MID), Programa de Gestão de solo e Água em microbacia – Microbacia Cafezal e Água dos Caetanos.

Em relação ao Governo Federal temos: Parceria com ANATER de Café – 30 Unidades Produtivas Familiares – UPFs, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – 203 UH, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Fomento Mulher – 200 empreendimentos.

5. PÚBLICO ASSISTIDO E ATENDIDO

O público prioritário no município de Londrina são os agricultores familiares, suas famílias e suas organizações, conforme apresentado a seguir:

CATEGORIA SOCIAL	NÚMERO
Agricultores familiares/mulheres rurais	2.962
Trabalhadores rurais	2.400
Assentados rurais	727
Agricultores patronais	417
Jovem Rural	800
TOTAL	7.306

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola 2019.

As comunidades rurais trabalhadas serão; em Lerroville: Limeira, Água da Laranja Azeda e Assentamentos Pari Paró, Pó de Serra, Eli Vive I e II e Crédito Fundiário Alto Alegre; em Guaravera: Km 58, Aliança, Saúde, Gabriel da Cunha; em São Luiz: Banco da Terra Fazenda Akolá, Marrequinha, Ouro Fino e Brasília;v e também Paiquerê; Guairacá; Cachoeirinha; Maravilha; Heimtal; Warta; Usina Três Bocas; Limoeiro e Selva.

6. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Os parceiros estratégicos envolvidos na realização do Plano Municipal de Trabalho Integrado são:

Governo Municipal: Secretarias Municipais da: Agricultura e Abastecimento (SMAA); Meio Ambiente; da Assistência Social; da Educação; da Saúde.



Governo Estadual: Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB); do Meio Ambiente (SEMA); de Educação (SEED); do Desenvolvimento Social (SEDS); da Saúde; Instituto Água e Terra (IAT); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL); Central de Abastecimento (CEASA); Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Governo Federal - Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA); Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Ministério da Agricultura.

Sociedade Civil Organizada: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina; Sindicato Rural de Londrina; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA – Londrina); Cooperativa de Crédito Solidário – CRESOL; APRONOR; Associações de Agricultores; Conselhos Municipais de: Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), de Desenvolvimento Rural (CMDR), de Sanidade Agropecuário (CSA), do Meio Ambiente (COMSEMA) e do Turismo.

7.OBJETIVOS

Objetivo geral:

Promover ações integradas de assistência técnica e extensão rural, para a melhoria econômica, social e ambiental da população rural, auxiliando no desenvolvimento sustentável do município.

Objetivos específicos:

- Prestar assessoria técnica aos agricultores familiares em suas atividades produtivas (Grãos, Olericultura, Café, Fruticultura, Bovinocultura de Leite entre outras);
- Orientar as pessoas para a preservação ambiental, incluindo a proteção de nascentes e adequação de áreas de preservação permanente (APPs);
- Incentivar os produtores de grãos, olerícolas e leite para adoção de sistemas conservacionistas de produção agropecuária tais como: diversificação/rotação de culturas, Sistema Plantio Direto (SPD), Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF);
- Orientar os produtores na implantação de práticas mecânicas de controle da erosão do solo;
- Orientar os produtores, principalmente de grãos e olerícolas, no Manejo Integrado de Pragas, Doenças e Invasoras (MIP/MID/MII), para racionalização no uso de defensivos sintéticos;
- Incentivar a adoção e assessorar os horticultores na implantação de sistemas de cultivo protegido com fertirrigação, (estufas, telados, túnel baixo etc.);
- Promover a adoção de sistemas de energias renováveis, em consonância com o Governo do Estado – RENOVA PARANÁ;
- Promover a Inclusão Produtiva e Social das famílias assentadas, através da elaboração de DAP's e planos de crédito rural (custeio e investimento);
- Divulgar, orientar e promover o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas da agricultura familiar, segurança alimentar, assistência social, saúde, educação, previdência social, dentre outras;



- Fomentar, apoiar e assessorar organização rural da agricultura familiar, por meio de assistência técnico-gerencial, a capacitação dos dirigentes, técnicos e quadro social, o apoio e promoção à comercialização e o acesso a mercados (institucional e convencional), e o apoio para que melhorem sua eficiência, promovendo maiores condições para a sua sustentabilidade;
- Orientar os produtores, principalmente de olerícolas e frutas, na transição para sistemas de produção de base agroecológica e na busca pela certificação da produção orgânica (Programa Orgânico Paraná – POP);
- Orientar as agroindústrias para adequação e regularização, com melhoria de tecnologia, fluxogramas de produção e rotulagem;
- Apoiar a qualificação e ou criação do Serviço de Inspeção Municipal visando adesão ao SUSAF PR para regularização de agroindústrias de produtos de origem animal;
- Apoiar e qualificar o acesso aos diferentes canais de comercialização: institucionais e privados, em especial os circuitos curtos de comercialização – feiras e eventos regionais, inserção no CEASA e adequação de rotulagem para venda no mercado privado;
- Apoiar ações de promoção do turismo rural no município;
- Promover o desenvolvimento através da participação e assessoria do CMDR.

8. METAS

- Assistir 200 Unidades de Produção Familiar – UPF por ano;
- Atender 1000 pessoas por ano, incluindo agricultores familiares, patronais, periurbanos, mulheres, jovens rurais e técnicos de ATER, em projetos e ações diversas;
- Implantar e acompanhar uma Unidade de Referência em produção sustentável e agroecológica de olerícolas;
- Implantar e acompanhar mensalmente uma Unidade de Referência em Café;
- Implantar e acompanhar uma Unidade de Referência em Grãos (MIP e MID);
- Orientar a transição agroecológica e a certificação orgânica;
- Realizar anualmente uma Reunião Técnica para Divulgação do Plano Safra;
- Emitir a DAP – Declaração de aptidão ao Pronaf para 200 UPFs por ano;
- Elaborar 150 projetos de crédito rural por ano;
- Assessorar 100 agricultores familiares para acesso ao PAA e PNAE;
- Assessorar duas Cooperativas da Agricultura Familiar;
- Auxiliar a execução do Programa PNAE Municipal e Estadual com o mínimo de 80% de atendimento por agricultores do município;
- Orientar 3 agricultores na regularização de seus produtos e auxiliar o município a adesão ao SUSAF;
- Articular e apoiar cursos do SENAR em agricultura, pecuária, agroindústria, dentre outros;



9. METODOLOGIA DE TRABALHO

1) Definição da equipe de execução

- 01 Assistente Social do IDR-Paraná;
- 01 Técnico Agropecuário do IDR-Paraná;
- 02 Engenheiros Agrônomos do IDR-Paraná;
- 01 Auxiliar Administrativo do IDR-Paraná;

2) A metodologia de trabalho será baseada nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e deverá ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável.

3) Serão formados grupos de Unidades de Produção Familiar (UPF) assistidas, por Subprojeto Estratégico, que serão atendidas de forma continuada, através de visitas sistematizadas e programadas nas propriedades, além de outros atendimentos no escritório e por meios digitais, e ainda em eventos grupais.

4) Os atendimentos para público em geral serão realizados no escritório, em visitas nas propriedades e por meios digitais.

5) O cadastro das UPFs assistidas será realizado em sistema do IDR-Paraná, com atualização anual e avaliação do impacto das ações e cumprimento dos objetivos específicos.

6) O levantamento e caracterização do meio rural do município e monitoramento da produção, serão realizados de forma conjunta pelos técnicos do IDR-Paraná e SMAA.

7) As capacitações da equipe serão promovidas pelo IDR-Paraná seguindo atividades organizadas pela Unidade Regional e pelos Coordenadores dos Programas, de forma articulada com parceiros como o SENAR-PR.

8) A emissão de DAP e elaboração de projetos de crédito rural serão realizadas seguindo normas e procedimentos próprios, seguindo a Legislação do MAPA, Manual de Crédito Rural (MCR) e orientações dos agentes financeiros;

Eventualmente serão alinhadas ações no sentido de otimizar recursos e esforços junto a outros parceiros que atuam no meio rural prestando apoio aos produtores. Sendo os principais que atuam no município:

- Prefeitura Municipal e suas secretarias;
- Câmara Municipal;
- Sindicato Trabalhadores Rural e Patronal (SENAR/FAEP);
- Instituições Financeiras;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável;
- Cooperativas COCAMAR, SICREDI e CRESOL;
- Empresas de Planejamento Rural;
- Empresas Parceiras;
- Revendas de Insumos;
- SEAB, IDR-Paraná (pesquisa), ADAPAR, EMBRAPA, UEL.



10. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades serão programadas e sua execução será registrada em Plataforma Digital do IDR-Paraná.

Os resultados serão semestralmente apresentados e analisados.

Anualmente e ao final das ações do Plano Integrado serão divulgados resultados e emitidos relatórios.



9. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

9.1 ATIVIDADES E CRONOGRAMA – Agricultura, Promoção Social e Cidadania (Inclusão Social e Produtiva) e Organização Rural:

ATIVIDADE	EXECUTOR	Quantidade	PERÍODO DE EXECUÇÃO															
			2021				2022				2023				2024			
			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
1. Organização dos produtores assistidos dos Grupos de Unidades de Produção Familiar - UPF	IDR-Paraná	44 UPF/ano		x				x				x				x		
	Prefeitura																	
2. Visitas periódicas aos produtores assistidos dos Grupos de UPF	IDR-Paraná	44 UPF	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Prefeitura																	
3. Implantação de Unidade de Referência - UR	IDR-Paraná	3 UR/ano		x				x				x				x		
4. Acompanhamento de UR	IDR-Paraná	3 UR			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
5. Atendimento aos produtores	IDR-Paraná	500/ano	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
6. Realização de eventos grupais	IDR-Paraná	4 eventos/ano			x	x		x	x	x		x	x	x		x	x	
	Prefeitura				x	x		x	x	x		x	x	x		x	x	
7. Assessoria à Cooperativas de Agricultores Familiares.	IDR-Paraná	2 Coop	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	

9.2 ATIVIDADES E CRONOGRAMA – Sustentabilidade Ambiental:



ATIVIDADE	EXECUTOR	Quatidade	PERÍODO DE EXECUÇÃO															
			2021				2022				2023				2024			
			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
1. Adequação Ambiental da Propriedade	IDR-Paraná	50 UPF/ano	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Prefeitura																	

Obs: As demais atividades previstas neste Plano Integrado compõem as ações comuns entre os parceiros, serão executadas de forma rotineira pelas equipes, sendo organizadas e executadas seguindo o planejamento institucional.

Outras informações:

1. As entidades assumem o compromisso de custear as atividades sobre sua responsabilidade, sem ônus e ou repasse entre as partes.
2. O IDR-Paraná contará com as instalações da Unidade Municipal locada no município. A infraestrutura, equipamentos, material de escritório, veículo, funcionamento e suas ações serão custeadas com recursos próprios do Instituto.
3. Recursos de outros parceiros privados e ou públicos que se integrarem na execução das atividades, poderão ser utilizados para execução das atividades previstas no Plano, inclusive nos eventos.

11. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Promover a divulgação e publicidade da Cooperação e Plano Integrado;
- Divulgar as Entidades, os participantes e suas logomarcas nos materiais utilizados e na publicidade das atividades;
- Realizar evento anual de avaliação e divulgação dos resultados, bem como encerramento. Contando com representantes das Entidades e com entrega de relatório.
- Realizar a divulgação de ações e seus resultados nos meios de comunicações televisivas, radiocomunicação, mídias sociais e material gráfico.

Londrina, 23 de novembro de 2021.

Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente
IDR - Paraná

Marcelo Belinati Martins
Prefeito
Município de Londrina

Marli Candalaft A. Parra Peres
Coordenadora Regional
IDR - Paraná

Joaquim Serra Badia
Coordenador Regional
IDR - Paraná



ePROTOCOLO



Documento: **PLANOINTEGRADODETRABALHO2021.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Marcelo Belinati Martins** em 13/12/2021 11:18.

Assinatura Avançada realizada por: **Natalino Avance de Souza** em 10/12/2021 16:28.

Inserido ao protocolo **18.420.359-6** por: **Reinaldo Jair da Cruz** em: 10/12/2021 15:28.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
204299091f44476d1e5a89bda695d29f.